

**O primado das relações de produção – uma
contribuição de Althusser e Balibar para dilemas
atuais.**

35º Encontro Anual da Anpocs
GT 18: Marxismo e Ciências Sociais
Tomás Coelho Garcia (doutorando IESP/UERJ)

Outubro 2011

Introdução

As ciências sociais sempre estiveram bem salvaguardadas do impacto da teoria althusseriana. De um lado, estas ciências se afastaram institucionalmente: Louis Althusser era filósofo de profissão, assim como a maior parte de seus colaboradores. De outro, classificaram o autor como um estruturalista a ser abandonado assim que o movimento saísse de moda. Assim, por muito tempo passou despercebida uma tese althusseriana de grande impacto para a história do marxismo: a defesa do primado das relações de produção. Acreditamos que a subteorização do conceito de relações de produção por parte de diversas teorias sociais fez com que fenômenos históricos de transformação do capitalismo fossem analisados de forma a cair em dilemas pouco profícuos como o “fim do trabalho” ou “da classe operária”.

Neste trabalho buscaremos analisar a tese do primado das relações de produção tomando por base, principalmente, duas obras: *Sobre a Reprodução*, de Althusser (1999a) e *Mais-valia e Classes Sociais*, de Étienne Balibar (1979). É possível que estes textos não figurem entre as obras mais lidas destes autores. Há mesmo quem os considere como textos exclusivamente didáticos, uma versão simplificada do que foi teorizado no grupo de estudos *d'O Capital*. No entanto, ao focalizarmos estes textos estaremos tratando de uma fase específica da obra dos dois autores, os anos 1970. Esta fase se constitui pela retificação de alguns problemas encontrados pelos autores na coletânea *Para ler o Capital*. Isto fica evidente pelo progressivo abandono da terminologia estruturalista com que os autores “flertaram” (Althusser, 1978).

Entretanto, o objetivo deste trabalho não é realizar uma história do pensamento dos autores. Nos dois textos que elegemos, estão trabalhados de forma mais clara alguns desdobramentos da tese do primado das relações de produção sobre as forças produtivas aos quais dedicaremos as seções do presente artigo. Na primeira seção, buscaremos demonstrar que o capitalismo passa a ser definido pelos autores em questão pela especificidade histórica de sua relação de produção, confrontando-se teoricamente com qualquer análise do desenvolvimento independente das forças produtivas. A segunda seção será

dedicada ao impacto do conceito de mais-valia sobre o conceito de luta de classes, pois o próprio processo produtivo é já uma forma da luta de classes. Na terceira seção compararemos o conceito de luta de classes tal qual definido pelos autores com a noção mais comum de classes sociais da sociologia. Enquanto a definição marxista permite o estudo das mudanças do capitalismo como o desenvolvimento da luta de classes, as análises sociológicas mais correntes tendem a identificar um “fim” das classes sociais, matéria que também será abordada em uma quarta seção. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

Relações de produção e forças produtivas

Na obra *Sobre a Reprodução*, Althusser resgata a conceituação de Marx do capitalismo como um modo de produção: unidade de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas constituem a conjunção de meios de produção e força de trabalho em determinado processo de trabalho. As relações de produção (de classes) são materializadas nas formas de exploração de produtores por não-produtores. Esta distinção teórica remonta ao Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859. No entanto, seguido a leitura Althusseriana, esta primeira exposição sintética do conceito de modo de produção deu margem para o entendimento de que haveria uma independência das forças produtivas diante das relações de produção¹. Para evitar tal percurso de análise, a estratégia de Althusser é de buscar o melhor entendimento do modo de produção na leitura d'*O Capital*, onde os conceitos estão mais bem elaborados e acionados para análise de um modo de produção específico.

Para Marx, no capitalismo o processo de trabalho é organizado para a produção de mais-valia. Isto quer dizer que no capitalismo, uma classe de não-produtores detém os meios de produção (instrumentos de trabalho e matérias primas) e organiza o processo de trabalho para a produção de mercadorias a serem trocadas. As mercadorias são produzidas de modo que o tempo de trabalho para sua produção – magnitude do valor – contenha o tempo de

¹ Para uma discussão aprofundada do *Prefácio de 1859*, conferir Althusser, 1999a, “Apêndice”.

trabalho suficiente para a reprodução da força de trabalho – salário –, um excedente apropriado pelos capitalistas – mais-valia –, além da incorporação do tempo necessário para produção dos meios de produção.

Mesmo que sucinta, esta apresentação da produção da mais-valia já permite entender que no capitalismo as relações de produção são relações de exploração². Mais ainda, o próprio andamento do processo de trabalho já tem em vista a exploração dos detentores da força de trabalho. Partindo destas constatações, é possível entender que, ao contrário dos argumentos do Prefácio de 1859, as forças produtivas só se desenvolvem “sob” determinadas relações de produção; logo, caracteriza-se um primado das relações de produção sobre as forças produtivas. Em oportunidade distinta, Althusser vai ainda mais longe ao afirmar que estas relações

...*penetram* nas forças produtivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das ‘forças produtivas’, e que [o] processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho. E como é esta tendência que domina todo o processo de produção capitalista, faz-se necessário dizer que os mecanismos *técnicos* da produção se encontram submetidos aos mecanismos (de classe) da exploração capitalista (Althusser, 1973, p. 9).

Formulando a articulação desta forma, Althusser buscava superar a ideia segundo a qual estas relações de produção viessem a “agregar-se” às forças produtivas como simples forma, mantendo, portanto, uma existência originalmente seccionada.

A maneira mais usual de contestar a tese do primado das relações de produção é conceber uma independência das forças produtivas na forma de uma caracterização puramente técnica do processo de trabalho. Deste modo, diferentes disciplinas acadêmicas dedicaram-se a distinguir várias formas de divisão do trabalho – enumerando-se novas e velhas ocupações –, assim como diferentes tecnologias presentes na produção. De fato, no capitalismo ocorreu

² As indicações acerca do modo de produção feudal e o modo de produção asiático n’*O Capital* (capítulo XLVII, livro III) oferecem base para o entendimento de uma extração do excedente realizada fora do processo de trabalho, implicando uma exploração realizada através de relações de “soberania” e “dependência” – para usar os termos de Marx. Mesmo assim, Marx busca demonstrar que é a natureza destas relações de produção (feudal ou asiático) que explicam o modo como se organiza o processo de trabalho e também a necessidade de uma exploração fora deste mesmo processo. Isto permitiria o entendimento do primado das relações de produção em outros modos de produção, campo não explorado sistematicamente pelos autores (conferir Balibar, 1980).

uma combinação histórica de diversos processos de trabalho em uma grande complexidade. Em cada unidade de produção ocorre uma repartição de etapas de produção, o fenômeno da “divisão social do trabalho”. Instrumentos de trabalho cada vez mais complexos são introduzidos exigindo uma grande “qualificação” de segmentos da força de trabalho. Ramos diferentes de produção tornam-se cada vez mais interdependentes. Portanto, negar que o processo de trabalho seja puramente técnico não é negar a complexidade destes fenômenos. É afirmar que as modificações do processo do trabalho e as sucessivas (re)divisões sociais do trabalho possuem tendências próprias que são explicáveis a partir da produção da mais-valia.

A tese do primado das relações de produção contribuiu para Althusser teorizar acerca da reprodução das relações de produção. A reprodução ocorre no próprio processo de produção. Este ponto é bastante relevante para este trabalho no que diz respeito à reprodução ampliada do capital e de suas “leis da acumulação”. Por outro lado, a reprodução se dá também por condições históricas que não se reduzem ao processo produtivo, abrindo o campo de estudos da luta de classe para dimensões políticas e ideológicas³.

Classes e Luta de classes

As primeiras colocações sobre o primado das relações de produção nos permitem chegar à formulação básica de que um modo de produção se caracteriza, acima de tudo, pelas relações de produção que ele engendra, e pelas transformações tendenciais que as forças produtivas sofrem sob o efeito dessas relações. Logo, é a forma historicamente específica de exploração da força de trabalho que vai definir o modo de produção. No modo de produção capitalista a forma de exploração do trabalho que caracteriza as relações de

³ É preciso ter em conta aqui que o conceito de reprodução não implica “repetição”. “É necessário lembrar-se sobretudo que o que é reproduzido, é precisamente e antes de tudo uma contradição. A reprodução não tem jamais como efeito resolver uma dificuldade, suprimir um antagonismo: pelo contrário, na medida em que o processo de reprodução renova constantemente a relação de produção fundamental, ela renova com ele as dificuldades e os antagonismos que lhe são inerentes”. (Terry, 1979. p. 175).

produção é, como já dissemos, a mais-valia. Essa forma de exploração já se dá no próprio processo de produção, organizado para extrair mais-valia.

Étienne Balibar, em seu estudo *Mais-valia e classes sociais* (1979), vai combater a interpretação de que a mais-valia pode ser definida como uma mera quantidade, como o excedente do novo valor acrescentado na produção ao valor dos meios de consumo necessários à reprodução da força de trabalho. Isso porque o que é característico da mais-valia é o *modo* pelo qual esse excedente quantitativo é produzido, e é somente como *efeito* desse modo que existem as determinações quantitativas. Propõe então definir a mais-valia como “a forma de um processo social” (Balibar, 1979, p.33), do processo de exploração do trabalho no capitalismo.

A mais-valia é, então, o elemento característico do capital como relação social. O processo de acumulação de capital se dá a partir das formas de extração da mais-valia. E esse é um processo dinâmico por sua própria definição: a acumulação de capital, em sua reprodução ampliada, engendra transformações sociais diversas: no processo produtivo, na escala da produção, na concentração de capitais, na tendência aos monopólios, etc. Ou seja, a relação de produção capitalista se constitui por um *processo*, pelo processo de acumulação de capital, pelo processo de transformação tendencial que o desenvolvimento do capitalismo às impõe. O movimento do capital subordina tanto o proletariado quanto a burguesia quando analisados do ponto de vista da sua *reprodução* enquanto classes sociais.

Tendo em vista estas considerações acerca da defesa do primado das relações de produção, Balibar propõe que se definam as classes sociais no capitalismo, o proletariado e a burguesia, pela relação que mantém com o capital, ou seja, pela posição que ocupam no processo de acumulação de capital. Se vimos que essa relação social contraditória, antagônica, que liga essas duas classes é uma relação de exploração, já estamos tratando da luta de classes. Ela não *começa* com a resistência da classe operária à exploração, porque a exploração é sempre já a luta de classe burguesa sobre o proletariado, luta que é o “motor permanente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas” (Idem, p.131). Ela não *começa* porque ela não tem *começo*, só

existem classes sociais em luta, pois esta luta é o próprio movimento da divisão das classes, da definição de uma relação social de exploração.

Outro ponto importante salientado por Balibar é de que “cada classe não pode ser definida independentemente do processo histórico da *sua própria transformação*” (p.130). Ou seja, o primado das relações de produção nos coloca a questão de como essas relações de produção se reproduzem, e para responder essa pergunta precisamos dar conta tanto: 1) das tendências que governam o processo de transformação do modo de produção capitalista (e, logo, das suas relações de produção); 2) do conjunto das condições políticas e ideológicas que vão reproduzir a relação de classe “fora” do processo produtivo propriamente dito. Trata-se, portanto, de focar o processo social através do qual as classes sociais se reproduzem no tempo, descobrindo as principais tendências que comandam sua transformação histórica, enfocando as contradições que esse processo engendra. Ora, esse processo é a luta de classes, que existe sempre na combinação de suas diversas formas, que o marxismo costuma reconhecer como “econômicas”, “políticas” e “ideológicas”.

Consideremos “original” a leitura que Balibar realiza d’*O Capital* em um sentido bem preciso: mesmo que o capital tenha sido escrito há mais de 100 anos, o autor francês ressalta todo o impacto do conceito de modo de produção na reformulação de uma noção bem mais antiga que é a de classe social. Acreditamos que, mesmo com tantas transformações teóricas a maior parte da sociologia não conseguiu absorver este impacto. Para demonstrar isto compararemos a definição conceitual que Balibar propõe com a noção mais comum de classes sociais presente nas ciências sociais e sua respectiva problemática.

Noção comum de classes sociais

A noção mais comum de classe social independe do conceito do modo de produção e, conseqüentemente, de uma problemática marxista. Classe é geralmente considerada um conjunto de indivíduos que conformam um grupo social. O problema teórico seria então o dos critérios de classificação dos

indivíduos. Como o nosso objetivo é melhor entender a definição marxista de classe social – e não o de realizar uma história do conceito –, escolheremos um autor emblemático para as ciências sociais, Max Weber, como termo de comparação.

Seguindo o estudo clássico *A distribuição do poder dentro de comunidade: Classes, estamentos e partidos* (Weber, 1999), os indivíduos que se encontram no mercado podem ser classificados de acordo com os bens que possuem, com as “chances de vida” possibilitadas por estes bens. Os indivíduos, portanto, compartilham de uma mesma “situação de classe”. Se estes indivíduos também partilharem de uma mesma orientação subjetiva de suas condutas – uma “ação de classe” –, é possível que se tornem uma classe social⁴. Sem pretender adentrar nesta teoria, podemos perceber alguns pressupostos: 1) Manteve-se a noção de indivíduos no mercado, portanto manteve-se no âmbito das noções da economia política; 2) Acrescentou-se a “sociedade”, ou seja, a classe (econômica) se torna classe social quando a conduta dos indivíduos assume uma dimensão subjetiva; 3) A classe social é gênese do todo pelas partes, gênese esta “possível” em Weber.

A definição da classe social como uma aquisição de uma subjetividade é antiga e está presente inclusive na obra de Marx, mesmo em escritos da sua fase “madura”. É o caso de *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, onde está presente uma distinção também clássica da “classe em si” e da “classe para si”. Quando cientistas sociais resgatam esta distinção de Marx (como é sabido, a origem da distinção é de Hegel) é para afirmar que a passagem das partes para o todo, do indivíduo para a classe social, é uma passagem necessária, teleológica. Quando lido desta forma, Marx participa da mesma problemática de Weber, apenas discordando se a passagem da situação de classe para classe social é necessária ou probabilística.

Porém, o choque da definição comum de classes sociais com o marxismo – pelo menos com a obra *O Capital* – fica evidente na definição da luta de classes. Na inexistência do conceito de modo de produção, o capitalismo não é

⁴ Para sermos rigorosos na terminologia weberiana a “classe” pode se tornar uma “comunidade”. No artigo abordado de Weber, este não usa o termo “classe social”. No entanto, o uso do termo não fere a obra que tem por base a distinção de uma “ordem econômica” e uma “ordem social”.

conceituado como a luta de classes, mas sim como a competição de indivíduos no mercado. A classe social é uma “dimensão subjetiva” que surge “depois” do capitalismo. A luta de classe constitui um “terceiro momento” que depende de como uma classe resolve lidar com a outra - cooperação ou conflito. Seguindo uma metáfora criada por Althusser (1978[1972]) tudo acontece com uma partida de futebol em que os times existem antes da partida⁵.

A distinção de situação de classe e classe social está sujeita a diversos desdobramentos. A aceitação de que existe uma “probabilidade” da situação de indivíduos no mercado corresponder a diferentes condutas subjetivas permite realizar mensurações. Constitui-se, então, o exercício estatístico de correlacionar variáveis da “esfera do mercado” com variáveis de “esferas sociais” – campo de estudos conhecido como “estratificação social”. Por outro lado, a “esfera do mercado” pode ser substituída pelo “processo de trabalho” e, deste modo, permite-se observar se mudança nas ocupações ensejam mudanças na subjetividade.

A mesma problemática que prevê que a classe social surge depois do capitalismo pode prever que ela acabe antes do fim do capitalismo. A partir dos anos 1980, diversos sociólogos encontraram dificuldades em correlacionar (estatisticamente) a posição do indivíduo no mercado com comportamentos eleitorais, éticos, culturais, etc. Seria então a confirmação do fim do operariado enquanto classe social. Note-se que ainda haveria indivíduos posicionados no mercado enquanto empregados, trabalhadores e mesmo operários, mas estas ocupações não teriam mais influência sobre a subjetividade dos indivíduos. Se a situação de classe não influi na subjetividade, não há classe social, logo classe deixa de ser um fenômeno para a sociologia. Neste contexto, Claus Offe (1989) ficou célebre ao elevar esta discussão para os fundamentos epistemológicos da sociologia. Ao invés de interrogar sobre a situação de classe, este autor considerou mais relevante perguntar se o próprio “Trabalho”⁶ ainda é uma

⁵ “Para o reformista, as classes existem antes da luta de classes, um pouco como dois times de futebol existem, cada um de seu lado, antes da partida. Cada classe existe em seu próprio campo, vive em suas próprias condições de existência; uma classe pode até mesmo explorar a outra, mas não se trata ainda de luta de classes” (Althusser, 1978, p. 27).

⁶No presente artigo, apenas constatamos a notória filiação teórica de Offe com a problemática de Weber. É suficiente ler o artigo de Offe, para ver a “centralidade” das categorias weberianas que servem inclusive para expor a teoria de Marx. Por exemplo: “Marx e Weber concordam que

categoria relevante para a sociologia, desaparecendo da sociedade ou ficando restrita.

Para o presente artigo, o mais interessante da argumentação de Offe é que o fim da classe social – ou o fim da relevância sociológica do “Trabalho” – poderia ser explicado por mudanças do processo de trabalho e, secundariamente, por mudanças da relação jurídica de venda da força de trabalho. Segundo a agenda de pesquisas que este autor expõe, as mudanças são: 1) crescimento de produção de bens e de serviços fora do “modelo institucional do trabalho assalariado formal e contratual” (Offe, 1989, s/p.); 2) mesmo dentre os empregados que se mantêm dentro do modelo institucional, aumenta a heterogeneidade das ocupações; e 3) o crescimento do setor de serviços – setor este que não permitiria a organização “racional” da produção como a indústria. Os três fatores em conjunto impediriam ou dificultariam a identificação dos indivíduos enquanto trabalhadores. O que se depreende desta argumentação, é que as mudanças do processo de trabalho são uma “variável independente” no sentido forte do termo: o processo de trabalho modifica-se independentemente das classes sociais e explica seu surgimento e fim. Não é demais insistir que é possível contestar uma problemática sem, contudo, abandoná-la e argumentar, por exemplo, através de pesquisas de grande porte que há racionalidade e padronização das ocupações no setor de serviços, que o número de operários (industriais) cresce em determinada conjuntura, mostrar uma correlação entre rendimento do trabalho e eleição, que o trabalho não é uma “categoria central”, mas ainda existe um “mundo do trabalho”.

a *racionalidade estratégica* da contabilidade do capital e a separação do trabalho em relação às unidades domésticas imediatas, aos critérios de valor de uso, ao ritmo da fome e da satisfação, constituem a principal força-motriz subjacente à *racionalização formal* das sociedades capitalistas” (Offe, 1989, s/p, grifos meus). Cabe mencionar que partilhamos da tese althusseriana de que o “Trabalho” deixa de ser um conceito para Marx na elaboração de *O Capital* (Althusser, 1999b). Contudo, a exposição desta tese por si só implicaria a redação de outro artigo.

O processo de acumulação: o fim das classes?

Podemos ver que a definição comum de classes sociais capta muitas das transformações que se manifestam empiricamente. Salientamos três: 1) variação numérica dos produtores diretos (o operariado); 2) a heterogeneidade das funções produtivas; e 3) a difusão do trabalho assalariado apesar da pluralidade de enquadramentos jurídicos. Como não nos detivemos em nenhuma pesquisa em particular, consideraremos que os pesquisadores, mesmo tendo por pressuposto a definição comum de classes sociais são capazes de oferecer boas descrições empíricas dos três fenômenos acima listados. Como dissemos anteriormente, não é possível superar a problemática da qual fazem parte Weber, Offe e outros afirmando que em alguma conjuntura o número de operários cresceu e suas condições de trabalho se tornam homogêneas. Se fizemos referência à noção comum de classes sociais, é para demonstrar que as mudanças nas forças produtivas que os autores consideram um lastro para o surgimento e o desaparecimento de classes sociais pode ser analisado de outra forma, como o próprio desdobramento da luta de classes. Para isto, é necessário ter consciência do primado das relações de produção sobre as forças produtivas e, deste modo, de uma definição marxista da luta de classes.

Para realizar nosso intento abordaremos os três fenômenos citados acima para analisá-los nos termos da luta de classe tal como é feito por Balibar (1979). É necessário, antes, fazer uma ressalva. Focalizaremos neste artigo apenas um dos aspectos da luta de classe capitalista, o proletário, por dois motivos: a predominância de estudos sobre o operariado na sociologia e a restrição de espaço do artigo. Tanto a burguesia quanto o proletariado se formam de modo dissimétrico no processo de acumulação: “A organização da exploração na própria produção, que está na base do proletariado como classe; o processo de circulação e de acumulação de capitais individuais, com as suas contradições específicas, que está na base da burguesia enquanto classe” (Balibar, 1979, p.57). Contudo, não desdobraremos todas as consequências desta análise para a definição da burguesia presente no artigo de Balibar.

Começamos com o primeiro fenômeno, a variação numérica dos produtores diretos. Na maioria dos estudos sociológicos o proletariado é reduzido ao “operariado” empregado na indústria. Esta categoria tem a vantagem de corresponder historicamente à definição jurídica de diversas formações sociais, facilitando a pesquisa empírica – por exemplo, pelo manuseio de estatísticas oficiais (Idem, p. 60). No entanto, há inúmeros problemas em pensar o proletariado somente como o operariado fabril tendo em vista o processo de acumulação. Em conjunturas onde se pode observar uma diminuição do número de operários, passa-se a anunciar o “fim da classe”.

Uma conjuntura de crise aguda do capitalismo pode diminuir o número de operários. Uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho pode significar o aumento do número de operários em um país e a diminuição em outros – fato que muitas análises eurocêntricas desconsideram. No entanto, o centro da intervenção teórica de Balibar é desvincular o marxismo de qualquer asserção de que no capitalismo a importância do operariado, o seu “papel histórico”, vem de sua importância numérica. Segundo o autor francês, o caráter revolucionário do proletariado advém das condições de sua exploração (Idem, p. 62). No que diz respeito à configuração numérica do operariado é possível afirmar que é “no modo de produção capitalista que se observa a maior concentração de trabalhadores produtivos e a mais forte proporção de população improdutiva”(Idem, *Ibidem*).

Para explicar esta última afirmação faz-se necessário ter em vista o capítulo XXIII d’*O Capital*, dedicado à “Lei Geral da Acumulação”. Marx apresenta neste capítulo as tendências e contratendências do processo de acumulação que determinam as transformações numéricas da classe operária. Basicamente, a acumulação significa um processo de concentração de capitais que tem como efeito o aumento numérico do operariado. Por outro lado, a tendência ao aumento da produtividade – que também faz parte do processo de acumulação – tem como efeito diminuir o número de operários relativamente à expansão do capital. É este jogo contraditório de tendências que permite a reprodução de uma “superpopulação relativa”, disponível à acumulação capitalista. Esta superpopulação é parte integrante do proletariado tendo duas “funções” importantes no capitalismo: 1) encontrar-se disponível para qualquer

avanço da acumulação que possa a integrá-la no processo produtivo; e 2) acirrar a concorrência da venda da força de trabalho. Veremos adiante que esta concorrência é crucial para a definição do proletariado.

Tratado o problema do crescimento numérico, outro problema subsiste ao se considerar que, mesmo que o operariado seja restrito, ele poderia ser caracterizado como um “grupo social” de características homogêneas. Esta questão é chave para a crítica da maior parte da teoria social que busca a classificação de indivíduos por critérios como rendimento, escolaridade, ocupação, etc. O operariado seria (pelo menos, em alguns momentos históricos) o exemplo de grupo social homogêneo⁷. Há também o problema inverso, dos pesquisadores que ao se depararem com a complexidade do processo de trabalho em qualquer ramo da produção atestam a extrema heterogeneidade de funções, fazendo com que, no limite, este fenômeno também sirva para abandonar a noção de classe.

A teoria marxista permite que as diferentes frações sejam entendidas em sua unidade, ou seja, não podem ser entendidas como segmentos autônomos. Isto fica evidente quando se nota que processos de “qualificação” de alguns segmentos do operariado de certos estágios ou ramos de produção venham, em geral, acompanhados da desqualificação de outros segmentos (fenômeno que pode acontecer em diferentes escalas, do local ao global). Marx ressalta este ponto ao considerar que diferentes funções contribuem para a formação no processo de trabalho de um “trabalhador coletivo”.

Embora o conceito de trabalhador coletivo atribua relevância à unidade histórica do operariado de diferentes funções, tal conceito pode dar margem a interpretações funcionalistas que ressaltariam o caráter técnico da divisão social do trabalho. Para evitar tal mal-entendido, algumas observações devem ser feitas:

- Primeiramente, várias funções implicam o controle do capital sobre a organização do processo de trabalho que se manifestam em ocupações

⁷ Existe uma tendência na sociologia a construir passados míticos em que o operariado teria sido homogêneo. A partir desta falsa imagem, hipervaloriza-se os movimentos contemporâneos de fragmentação e heterogeneidade. Note-se que se trata de um equívoco histórico, que, como vimos demonstrando neste trabalho, não está desarticulado de problemáticas igualmente errôneas.

como diretores, supervisores e engenheiros. Este controle nunca está baseado somente na repressão. É realizado também e principalmente por meio do conjunto de conhecimentos que são interditados à massa operária, portanto reproduz constantemente a divisão entre o “trabalho intelectual” e o “trabalho manual”.

- O trabalhador coletivo representa em cada momento histórico uma forma de aumentar a produtividade do trabalho tendo em vista o aumento da produção de mais-valia. Assim o trabalhador coletivo “faz do trabalho de cada um o meio de explorar ao máximo o trabalho de todos os outros” (Balibar, 1979, p. 76).
- Por fim, a diferenciação dos segmentos permite uma hierarquia de salários que tem por efeito o rebaixamento (bastante desigual) do salário do conjunto do operariado.

Por todas estas questões é possível ver que um levantamento das ocupações em determinado período histórico não é propriamente uma caracterização da classe operária, mas a análise da luta de classes na produção.

A análise do proletariado restringiu-se, até o momento, ao processo produtivo direto. Entretanto, Balibar também contribui para o entendimento das classes sociais do ponto de vista da reprodução do capital. Esta reprodução se dá de formas determinadas sujeitas a grande instabilidade, fazendo que o autor passe a falar, ao invés de proletariado, de processo de proletarização. “A base material da existência dum proletariado não é apenas a incorporação dos trabalhadores no sistema de máquinas e o 'consumo produtivo' da sua força de trabalho, é também o conjunto das condições que assegurem a concorrência entre os trabalhadores” (Idem, p.78).

Neste ponto, Balibar resgata a análise leninista do imperialismo para caracterizar o capitalismo no século XX. Os processos de formação de monopólios, do capital financeiro e a exportação de capitais concorrem para a formação de uma economia mundial. Esta por sua vez implica a tendência de formação de um mercado de trabalho mundial: “Em cada formação social imperialista, o processo de reprodução permanente da classe operária tornou-se

por seu lado tendencialmente um processo mundial. Pela primeira vez, com o imperialismo, um mercado mundial (senão homogêneo) da força de trabalho começa a existir realmente” (Idem, p. 81). Embora o autor não desenvolva suficientemente este ponto, consideramos de grande utilidade apontar o caráter imprescindível da inserção da concorrência entre os trabalhadores de diversas formações sociais na análise do proletariado.

Outro aspecto da reprodução da força de trabalho é o fenômeno mais visível da difusão do assalariamento entre os mais diversos trabalhadores, muitos dos quais não participam da produção direta de mais-valia. De modo correlato, os mais diversos trabalhadores tendem a fazer parte de um mercado de trabalho “único”. Para entender o processo de proletarização é preciso ter em conta que ambos os fenômenos são resultados históricos de um conjunto complexo de contradições que constituem formas políticas e ideológicas da luta de classes. A reprodução da força de trabalho não pode ser explicada independente do conjunto de aparelhos ideológicos de estado que contribuem para o estabelecimento da concorrência entre trabalhadores. Como exemplos centrais temos o desenvolvimento do aparelho escolar que tendencialmente impede que certos saberes sejam “monopolizados” por determinados segmentos operários; e o desenvolvimento do aparelho jurídico, que contribui para formalização do contrato do trabalho, resultando na mistificação de que a relação salarial é venda do “trabalho” ou mesmo a constituição do “trabalhador”.

Considerações Finais

A noção comum de classes sociais adotada pela sociologia resulta em um dilema: ao estudar as tendências atuais do capitalismo, abandona-se o conceito de classes sociais. Ao se observar as transformações das forças produtivas, a sociologia é forçada a constatar a heterogeneidade das ocupações, a difusão da condição de assalariado para além do operariado e, em muitas conjunturas, a diminuição do número de operários. Tendo em vista estes fenômenos, a análise sociológica chega à conclusão de que o “proletariado” tem sua importância restringida na sociedade ou até mesmo desaparece. Ainda

segundo essa análise, as classes sociais “surgem” ou “somem” não por alterações das relações de produção, mas pelo desenvolvimento das forças produtivas, tratando-se de um caso de primado das forças produtivas. Ou seja, por muitas vezes se cai numa visão *economicista* do processo social. Na verdade, não podemos nem dizer que há um primado das forças produtivas sobre as relações de produção. Rigorosamente, não há relações de produção na noção comum de classes sociais. Há apenas “dimensões subjetivas” que surgem ou desaparecem devido a mudanças no “mercado” ou no “processo de trabalho”.

Esperamos ter mostrado, com a contribuição de Althusser e Balibar, que é o primado da relação de produção que permite explicar as transformações das forças produtivas como mudanças das condições da luta de classes. E, analisando a reprodução das relações de produção, é possível estender o conceito de luta de classes para outros âmbitos além do processo produtivo. Deste modo, escapa-se do dilema apontado acima. Esse trabalho buscou indicar, igualmente, o quão precipitada é a acusação aos autores de “estruturalistas”, quando, na verdade, contribuem de maneira fundamental e decisiva para compreendermos as transformações históricas no modo de produção capitalista.

É preciso frisar, no entanto, que a luta de classe não pode servir para o analista “como uma resposta para todas as questões, como a primeira e última palavra de todas as análises” (Balibar, 1979, p. 128). A luta de classes é o ponto de partida para a investigação, a formulação do problema e não a resposta final. A tese do primado das relações de produção nos coloca a tarefa de pensar sempre esse processo histórico de transformação das classes sociais. Portanto, o que é fundamental é investigar as formas concretas que essas relações de classe vão tomando em cada formação social, ou seja, é “*explicar a luta de classes*”, em vez de explicar todas as coisas “pela evocação da luta de classes, sem haver preocupação de desenvolver-lhe o conceito, considerado como evidente” (Idem, *Ibidem*). Deste modo, ambos os autores, Balibar e Althusser, contribuem para que investiguemos as mudanças do capitalismo como mudanças das condições da luta de classes e contribuem para a luta do

proletariado para a revolução das relações de produção: o verdadeiro fim das classes sociais.

Bibliografia

Althusser, L. “Elementos de Autocrítica”. In: *Posições 1*. Graal. 1978.

_____. “Resposta à John Lewis”. In: *Posições 1*. Graal. 1978.

_____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Vozes. 1999a.

Althusser, L. A querela do humanismo. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 9, p. 9-51, 1999b

Althusser, L. Apresentação de Louis Althusser. In: Harnecker, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. s. e. 1973

Balibar, E, “Mais-valia e classes sociais”. In: _____. *Cinco estudos do materialismo histórico*, v. 2, Lisboa, Presença, 1979.

_____, “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico”. In. Louis Althusser et. al., *Ler O Capital*, v. II, Rio de Janeiro, Zahar, 1980

Marx, K. *O Capital* - livro I, volume 2. Rio de Janeiro, Difel, 1982.

_____. *O Capital* - livro III, volume 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

Offe, C. “Trabalho: a categoria chave da Sociologia?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.4, n.10, 1989.

Terray, E. *O Marxismo diante das Sociedades ‘Primitivas’*, Rio. Graal. 1979

Weber, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* – volume 2. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999